

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo

Class.: 23

Data: 8 de junho de 1979

Pg.: \_\_\_\_\_

### “Jari não ameaça a integridade nacional”

Da sucursal de  
BRASÍLIA

O ministro da Marinha, almirante-de-esquadra Maximiano da Fonseca, defendeu ontem, na Câmara dos Deputados, o “Projeto Jari”, que está sendo implantado na Amazônia pelo milionário norte-americano Daniel Ludwig. Observou que o empreendimento não representa perigo à integridade do território nacional, “porque, quando o governo notar que existe essa ameaça, desapropriará a área”. Acrescentou que já remeteu à Presidência da República um projeto de decreto, criando na área do Jari uma agência da Capitania dos Portos, que será administrada por um tenente da Marinha. Além dessa agência, o ministro disse que será criada outra no rio Trombetas, e a de Santarém será transformada numa delegacia do porto do Pará, “como fórmula para aumentar a nossa participação na área da Amazônia”.

O almirante Maximiano esteve durante quase três horas, na Comissão de Segurança Nacional da Câmara dos Deputados para debater, com

*ESP 8.6.79*  
os parlamentares que compõem o órgão, os problemas da Marinha. O ministro foi indagado por vários parlamentares, entre eles o deputado Edson Vidigal (Arena-MA) sobre a questão do Projeto Jari, inclusive perguntado se ele não representava uma ameaça à segurança nacional. O ministro informou que, recentemente, esteve na área do Jari para ver de perto como se estava desenvolvendo o projeto e, em particular, a participação da Marinha no que lhe cabe fazer dentro da área. Para o ministro, que fez questão de frisar, ao defender o projeto, que não falava ali somente como ministro, mas também como “um bom brasileiro que ama a sua pátria”, o empreendimento não representa perigo à integridade do território nacional. Em apoio à sua tese, disse que “o Brasil tem lei para tudo, inclusive para esses casos, e ela tem de ser cumprida”.

#### “EXCELENTES CONDIÇÕES”

Em sua recente visita à Amazônia, quando esteve também na área do projeto Jari, o ministro disse que não viu “o homem brasileiro trabalhando como escravo”,

acrescentando que o projeto está empregando 35 mil homens, “que vivem em condições excelentes”. Notou, entre outras coisas, que os seus filhos têm ensino de 1º grau com professores e coordenação de brasileiros. O ministro declarou, ainda, que via a fiscalização dos parlamentares e da imprensa, no que tange ao projeto, como “muito benéfica, pois nos obriga a tomar providências quando se fizer necessário”.

O deputado Edson Vidigal, que é o relator de uma subcomissão da Comissão de Segurança Nacional que está examinando a questão do Jari, defendeu a doação dessa área, depois da morte de seu proprietário, a uma entidade nacional, ao invés de se fazer a uma internacional, como a Fundação do Câncer. O ministro, antes, quando defendeu a implantação do projeto, já havia falado sobre o assunto, dizendo que o único perigo que via nessa doação feita pelo milionário Daniel Ludwig, era a Fundação do Câncer não ter condições de dar continuidade ao empreendimento e ele ficar abandonado, voltando a área a ser mata. Por último, convidou os deputados que compõem a

comissão para visitar a área, para o que colocou à disposição navios da Marinha, sugerindo que sobrevoassem a região, em helicópteros da FAB, a fim de melhor poderem avaliar o empreendimento e sua importância.

#### POLÍTICA, NÃO

Como fez o ministro da Aeronáutica, quando também esteve na Câmara, na Comissão de Transportes, o almirante Maximiano evitou responder às perguntas relacionadas com temas políticos ou ligados a outras áreas que não a da Marinha. Uma das perguntas fora do tema foi feita pelo deputado Jackson Barreto (MDB-SE), que queria saber a opinião do ministro a respeito da anistia. Depois de desculpar-se, alegando que isso não era de sua competência, o ministro disse a sua opinião como brasileiro: “Apaziguamento só pode trazer o bem. Então, eu estou de acordo”.

#### MARINHA

Fora o problema do Projeto Jari, o ministro também falou de alguns assuntos ligados às atividades da Marinha, principalmente no que se refere à compra de novas em-

barcações. Segundo o almirante Maximiano, o endividamento da Marinha começará a decrescer a partir de 1981, quando já estará saldada parte da dívida que contraiu para a compra das fragatas e outros navios, já em uso. Mas frisou, que o orçamento das Forças Armadas também tem decrescido nesses últimos anos, enquanto que o de outros setores se elevaram. Isso, de acordo com o ministro, tem prejudicado a Marinha que previa construir, dentro do seu novo plano de reequipamento, mais 42 embarcações, número esse que teve de ser reduzido por falta de verba. Mostrou que as Forças Armadas brasileiras consomem, apenas 1,1% do Produto Nacional Bruto.

Outro ponto discutido na ida do ministro à comissão, foi o relacionado com os loteamentos próximos aos terrenos de Marinha, no litoral brasileiro. O deputado Modesto Silveira (MDB-RJ) abordou o assunto informando ao ministro que, recentemente, esteve visitando o litoral Sul do Estado do Rio e constatou o grande número de loteamentos na região, alguns deles de propriedade de empresas multinacionais.